

# ARQUIVOS PESSOAIS DE EX-PRESIDENTES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – DOCUMENTOS PÚBLICOS E DOCUMENTOS PRIVADOS

Vanêssa Alves Pinheiro (Arquivo Público do  
Estado do Rio de Janeiro)

Renato Crivelli Duarte (Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro)

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar a partir da presença de documentos institucionais, especialmente, na composição de arquivos pessoais a relação entre as instituições e seus arquivos. Nesta foi adotado como recorte para a análise os arquivos pessoais dos ex-presidentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), custodiados pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), com a intenção de identificar a existência de documentos considerados como institucionais em sua composição. O propósito deste estudo consiste em esquadrihar e analisar como a presença de documentos institucionais nestes fundos permite a compreensão do debate acerca dos limites entre arquivos pessoais e arquivos institucionais. Compostos por documentos produzidos e acumulados por seu produtor ao longo de sua existência, os arquivos pessoais podem conter vários documentos institucionais que deveriam integrar, teoricamente, os acervos de determinada instituição. (LISBOA, 2012, p.13) Desta forma, é possível elucidar como são construídas as relações da instituição e seus arquivos por intermédio da composição dos fundos, o que pode contribuir para o entendimento sobre

os processos de formação dos arquivos pessoais (pelo titular, assessores e/ou familiares), assim como as práticas aplicadas pela instituição no momento da aquisição dos fundos.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os métodos da arquivística, na qual foi feita uma pesquisa bibliográfica na literatura sobre arquivos pessoais, principalmente sobre a noção de arquivos pessoais e institucionais, documentos pessoais como fonte de pesquisa, organização institucional, atrelados a questões sobre preservação e memória. Os principais debates abordados mencionam a existência de um considerável número de documentos de esfera pública dentro dos arquivos pessoais e, portanto, a necessidade de preservá-los. Nesta, ainda, foi realizado o levantamento dos fundos pessoais de ex-presidentes da Fiocruz sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz na Base Arch, afim de identificar e analisar os quadros de arranjos dos acervos selecionados. E por fim, buscou-se compreender a dinâmica apresentada pelos arquivos pessoais analisados, indicando a presença de documentos institucionais vinculados ao cargo de presidente da Fiocruz.

Os documentos presentes nos arquivos pessoais podem evidenciar aspectos das estruturas sociais, organizacionais e institucionais, assim contribuindo junto com os arquivos institucionais para “salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade.” (SANTOS, 2012, p. 21) Desta forma, os arquivos pessoais podem representar a relação entre sujeito e sociedade, pois quando institucionalizados sob a guarda de instituições arquivísticas necessitam também de compreensão visto que poderão servir à coletividade ao passo que estão custodiados sob uma regulação. Estes acervos representam a trajetória de indivíduos durante sua atuação nas mais diversas instituições, o que nos permite identificar as mudanças sofridas por estas no decorrer de sua existência, assim podem

revelar aspectos importantes da trajetória profissional do cientista, o arquivo pessoal nos permite perceber detalhes do funcionamento de uma instituição, seus avanços e estagnações, sua relação com o Estado, entre outros, muitas vezes negligenciados no acervo acumulado pela instituição, a partir da perspectiva do produtor/acumulador privado. (FRADE, 2012, p.176)

No começo da década de 1970, diversos espaços de documentação foram criados, especialmente, com a finalidade de custodiar arquivos privados. A presença desses documentos nas instituições colaborou para a valorização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa. A ampliação da quantidade de acervos pessoais referentes a atores que se destacaram na área das ciências e da

saúde sob a custódia da Casa de Oswaldo Cruz teve seu início com projetos como “Constituição de Acervo de Depoimentos Orais sobre a História da Fundação Oswaldo Cruz e das Práticas de Saúde Pública (Memória de Manguinhos)” e “Memória da Assistência Médica da Previdência Social”, que possibilitaram a reunião desses conjuntos documentais. (DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO, 2015, p.9-10).

Os acervos pessoais dos ex-presidentes da Fiocruz contribuem para o entendimento do desenvolvimento da ciência e da saúde pública no Brasil, visto que, enquanto fontes, configuram uma parte da memória coletiva a partir dos vestígios da memória individual. A possibilidade de aproximação com os vestígios do passado, também, estão presentes nos arquivos pessoais, constituindo-se em pontos de acesso à memória coletiva.

## 2 ARQUIVOS PESSOAIS, DOCUMENTOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

Durante um longo período, os arquivos pessoais não foram considerados fontes de interesse para o desenvolvimento de pesquisas. Estes começam a obter destaque a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, essa mudança é sentida com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), e do Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP), ambos na década de 1970. Nos anos seguintes, este processo de recuperação e custódia do patrimônio e da memória se intensificou e outros espaços foram criados. Diversas instituições e centros de documentação surgiram com o intuito de salvaguardar arquivos provenientes de diversas origens, sobretudo de pessoas, como de políticos, escritores, cientistas, etc. Ao mesmo tempo, as pesquisas em ciências humanas e sociais estavam sendo renovadas, o que permitiu o aumento do interesse dessa comunidade nos acervos pessoais. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 8; SANTOS, 2010, p.110).

Em 1997, foi realizado o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, que buscava discutir sobre a problemática envolvendo os arquivos pessoais, no qual foram tratados diversos temas, entre eles, a renovação da historiografia brasileira que impulsionou a procura dos arquivos pessoais como fonte para a pesquisa histórica. (CRIVELLI; BIZELLO, 2021, p.137) Neste evento, Cook (1997) evidenciou pontos em comum entre os arquivos pessoais e os institucionais, indicando que ambos são registros de determinada atividade, que são provenientes de alguma ação humana independentemente

de sua natureza e que partilham de procedimentos parecidos no que se refere ao tratamento técnico de organização. Desta forma,

ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa. (COOK, 1997, p. 131)

Os acervos pessoais possuem particularidades que devem ser consideradas no transcorrer de sua organização, cabe salientar que embora estejam sob os mesmos regimes de tratamento técnico dos acervos institucionais,

os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo de sua vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 7-8)

Considerados como guardiões da memória, em determinadas situações, os arquivos configuram-se como espaços capazes de reter informações sobre diversos acontecimentos, sendo os arquivos públicos entendidos como frutos das sociedades orientadas pelos princípios modernos, os arquivos pessoais também se enquadram nesta ideia de possibilidade de servir como testemunho do passado, não apenas do particular como o da própria sociedade.

(CRIVELLI; BIZELLO, 2021, p.141) Enquanto “pontos de acesso” de memória os arquivos pessoais podem ser compreendidos como

conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (OLIVEIRA, 2013, p. 33)

Desta forma, a constituição de um arquivo pessoal representa a perspectiva que o produtor possui do mundo, consiste em registros de como este se relaciona com a sociedade, assim, é no âmbito do “eu” que os acervos pessoais são formados. (ARTIÈRES, 1998, p.32; OLIVEIRA, 2013, p. 35).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o documento privado consiste naquele que está inserido no arquivo privado, ou seja, que pertence a uma entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 78-35). No que se refere aos arquivos privados, para Bellotto (2004), há a necessidade de diferenciar os documentos advindos de instituições não-governamentais dos produzidos por famílias ou indivíduos. A autora os categoriza ao sugerir a subdivisão em arquivos econômicos, sociais e pessoais. (BELLOTTO, 2004, p. 254) Assim, a autora realiza uma análise, a partir da perspectiva da arquivologia, sobre os princípios da proveniência e da organicidade presentes também nos documentos privados. A conceituação de arquivos pessoais pode ser percebida dentro da definição de arquivos privados, conforme aponta Bellotto e reitera Heymann ao afirmar que estes são correspondentes a papéis produzidos e/ou recebidos por instituições ou entes físicos de direito privado. (HEYMANN, 2009, p.44).

Em geral, os arquivos pessoais tendem a ser evidenciados como parte integrante do amplo conjunto de arquivos privados, no qual ocorre uma inclinação ao enfoque na vida profissional do produtor. Em outros termos, confere um maior destaque às atividades enquanto o titular orbitava o espaço público. (HEYMANN, 2009, p.44) Os documentos públicos, conforme a lógica arquivística, deveriam compor arquivos sob a guarda das instituições que os produziram, entretanto, no interior dos arquivos pessoais estes podem ser encontrados frequentemente.

A composição dos arquivos pessoais pode abranger os mais variados documentos que correspondem desde atividades formais até as não formais do

indivíduo. Estes não são regulamentados por regras, não há uma regulamentação voltada para o caráter privado das relações dos indivíduos, a lógica de acumulação de arquivos institucionais não se aplica ao processo de constituição e de guarda dos documentos pessoais. (BORGES, 2014, p.29) Os arquivos pessoais possibilitam compreender que

as trajetórias pessoais refletem, quase sempre, os meandros do poder público brasileiro e por isso mesmo, guardam muito do ranço autoritário inerente a essa esfera da vida do país. Ao nos debruçarmos sobre essa documentação, percebemos as dimensões e as brigas internas entre grupo e projetos pela hegemonia dos processos decisórios e do passo a passo para o avanço da ciência no país e na América Latina. (LISBOA, 2012, p.17)

Quando oriundos de produtores que exerceram cargos públicos, os arquivos pessoais apresentam certa imprecisão quanto à sua natureza, visto que não é bem delimitado se pública ou privada. A problemática sobre as especificidades deste tipo de acervo salienta os enquadramentos legais e institucionais que envolvem tais conjuntos documentais e que ainda despendem luz à sua construção enquanto "memória social". (HEYMANN, 2012, p 57). O entendimento do titular do fundo sobre o caráter privado e público dos documentos consiste em outra questão que pode ser acrescentada à problemática. Em seus estudos sobre arquivos pessoais de cientistas, Santos (2010) identifica que os titulares dos arquivos pessoais, em geral, compreendem como privados todos os documentos produzidos e acumulados no decorrer de suas atividades, inclusive os decorrentes de atividades de pesquisas desenvolvidas em instituições de pesquisa e ensino de âmbito público. (SANTOS, 2010, p.125-126) Desta forma, nos acervos pessoais de indivíduos que tenham ocupado algum cargo público é comum encontrar documentos de natureza pública, assim

sublinhar que os arquivos de homens públicos que acumularam documentos em tempos e circunstâncias distintos, enquanto exerciam seus mandatos e nos períodos em que estavam afastados da cena política, tornam mais visível a distinção entre os documentos que refletem e atestam uma atividade e aqueles que permanecem em uma zona de indeterminação, e que apenas uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular a seus papéis poderá iluminar. Por outro lado, o caráter funcional da documentação que, em geral, compõe os arquivos de homens públicos torna possível e justificável o emprego do método funcional para o tratamento desses arquivos, ainda que, dependendo do acervo, seja completa a sua aplicação à totalidade do fundo. (HEYMANN, 2012, p.62)

Os arquivos pessoais no decorrer do tempo adquirem certa relevância, pois passam a ser vistos como fontes importantes para a compreensão da sociedade e contextualização da história, especialmente, por agregar um considerável conjunto documental de caráter público. A situação mencionada também pode ser verificada em diversos acervos como os fundos pessoais dos ex-presidentes da Fiocruz.

### **3 OS FUNDOS DE EX-PRESIDENTES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

Criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal sob a direção de Pedro Affonso Franco, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) possuía como objetivo a produção de soros e vacinas para o combate da peste bubônica. Em 1907 foi convertida em Instituto Oswaldo Cruz, sendo denominada na década de 1970 de Fundação Instituto Oswaldo Cruz. (FERNANDES, 2010). O presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca, em 1985 por intermédio de ato presidencial instituiu a criação da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que deveria contar com Museu Oswaldo Cruz, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Núcleo de Animação Cultural; Núcleo de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, além das unidades já existentes. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1985, p.1-2).

O Departamento de Arquivo e Documentação da COC custodia diversos fundos, tanto institucionais quanto pessoais, entre eles podemos destacar os dos ex-presidentes da Fiocruz como Carlos Chagas, Carlos Médicis Morel, Francisco da Silva Laranja Filho, Hermann Schatzmayr, Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha e Vinícius Fonseca. O modo de aquisição desses fundos ocorreu das mais variadas formas, que podem ser verificadas na Base Arch da Fiocruz no campo denominado “Procedência”. A modalidade que predominou na obtenção dos fundos pessoais foi a doação. Os aspectos formais do processo de aquisição de fundos na Casa de Oswaldo Cruz são regidos pela Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde e pelo seu Manual de Organização de Arquivos Pessoais. (DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO, 2015, p.15) A Fiocruz considera que a aquisição e a preservação de acervos de personalidades da área da ciência e da saúde que participaram da história da saúde pública do Brasil contribuem para a compreensão da trajetória do produtor, além de permitir o entendimento do funcionamento e da história das instituições em que estes estiveram vinculados. Assim, ao analisar os conjuntos documentais dos ex-presidentes da Fiocruz foi possível identificar a existência

de documentos pessoais e institucionais que são evidenciados por meio dos quadros de arranjos propostos para a organização dos fundos pela instituição. Cabe ressaltar que a Fiocruz utiliza como referência o estudo elaborado por Paulo Roberto Elian dos Santos, pesquisador da casa, a respeito do arquivo de Rostan Soares, no qual o quadro de arranjo foi orientado por funções que viabilizam a contextualização da produção documental. Assim, propunha uma organização em grupos como Vida Pessoal, Formação e Administração da Carreira, Pesquisa, Planejamento e Administração da Pesquisa, Docência, Gestão de Políticas e Instituições Científicas, Relações Interinstitucionais e Intergrupos. (SANTOS, 2012, p. 35) Desta forma, podemos observar a predileção do DAD em optar pelo método funcional para organização de seus arquivos, especialmente os dos ex-presidentes, o que evidencia os conjuntos documentais de caráter institucional, que pode ser exemplificado conforme a seguir:

▪ **Fundo Carlos Chagas**

**Grupo GE - Gestão de Ciência e Saúde Pública**

- Subgrupo AI - Administração Institucional
  - Dossiê 01 - Chefe de Serviço do Instituto Oswaldo Cruz
  - Dossiê 02 - Diretor do Instituto Oswaldo Cruz

▪ **Fundo Hermann Schatzmayr**

**Grupo GI - Gestão Institucional**

- Subgrupo AI - Administração Institucional
  - Dossiê 01.v.1 - Presidente da Fiocruz
  - Dossiê 01.v.2 - Presidente da Fiocruz

▪ **Fundo Oswaldo Cruz**

**Série COR – Correspondência**

- Subsérie PA - Político-Administrativa
  - Dossiê 01 - Correspondência da Diretoria Geral de Saúde Pública
  - Dossiê 02 - Correspondência com Médicos, Cientistas e Dirigentes de Órgãos de Saúde
  - Dossiê 03 - Correspondência com Dirigentes Políticos e da Saúde no Brasil
  - Dossiê 04 - Telegramas referentes às Atividades Científicas de Manguinhos

**Série IOC - Instituto Oswaldo Cruz**

- Dossiê 01 - Instituto Soroterápico Federal
- Dossiê 02 - Correspondência e decretos relativos às atividades administrativas desenvolvidas pelo Instituto Oswaldo Cruz
- Dossiê 06 - Documentos referentes à construção e à conservação do conjunto arquitetônico e histórico de Manguinhos
- Dossiê 07 - Documentos enviados à direção do Instituto Oswaldo Cruz

A organização conferida aos fundos dos ex-presidentes da Fiocruz permite que sejam identificados os dossiês que possuem documentos institucionais relativos às atividades exercidas por seus produtores enquanto ocupantes do cargo de presidente da fundação. Assim configuram-se em possíveis fontes de pesquisa para a compreensão da história da própria instituição e da saúde pública no Brasil. Esta, ainda, viabiliza a possibilidade de se identificar a relação lógica entre a vida da pessoa e a vida da instituição a qual encontra-se vinculada. (SANTOS, 2012, p.36) Ao entrar em contato com a organização conferida aos fundos dos ex-presidentes, o pesquisador é capaz de reconhecer os possíveis dossiês que contenham documentos institucionais relativos à atuação do titular enquanto ocupante da presidência da Fiocruz e assim obter informações que podem contribuir para seu estudo.

#### 4 CONCLUSÃO

Os arquivos pessoais representam a perspectiva de mundo do seu produtor, visto que compõem os registros de suas atividades na sociedade, ainda que apresentem determinadas peculiaridades, ao aplicar os princípios da teoria arquivística nos fundos, estes tendem a ser considerados como arquivos de fato. Importa ressaltar que na constituição dos acervos é frequentemente notada a presença de documentos institucionais que deveriam estar sob a guarda da instituição ao qual foram criados. Os conjuntos documentais de natureza pública identificados nos fundos pessoais podem configurar a prática de privatização de documentos públicos, especialmente nos acervos os quais os titulares ocuparam ou ocupam cargos políticos ou da administração pública, prática percebida nos fundos dos ex-presidentes da Fiocruz.

Há uma tendência nos arquivos pessoais a enfatizar a trajetória profissional do titular, principalmente se este tiver atuado em cargos da gestão pública, o que apresenta uma linha tênue na identificação dos limites do documento institucional e pessoal. É nesse ponto que surge o interesse das instituições em custodiar esses acervos, pois os arquivos pessoais, que de modo

geral, são enfocados na vida profissional do titular, e assim tendem a ter documentos institucionais em seu conjunto. Desta forma, os documentos presentes no acervo pessoal que se referem às atividades do titular podem revelar sinuosidades do poder público, visto que podem evidenciar dimensões e as desavenças internas de determinada instituição, ou seja os meandros das organizações.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações Técnicas, nº 51, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, no 36, p. 9-34, julho 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BORGES, Renata Silva. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero**. 2014. 161 f Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, p. 129-149, 1998. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287> Acesso em: 05 de agosto de 2021.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 131-153, jan./abr 2021.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO; CASA DE OSWALDO CRUZ. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/COC, 2015. Disponível em:  
[http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual\\_organizacao\\_arquivos\\_fiocruz.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf). Acesso em 15 de maio de 2021.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920**. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

FRADE, Everaldo Pereira. O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: o uso de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 175-188.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência Nº 221/85-PR.** Resolve constituir a Casa de Oswaldo Cruz. 19 nov. 1985. Disponível em: [http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato\\_presidencia\\_221.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato_presidencia_221.pdf) Acesso em: 20 set. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Relatório Final do I Congresso Interno.** Rio de Janeiro, 29 jul. 1988. Disponível em: <https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/I%20Congresso%20Interno%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20julho%20de%201988.pdf> Acesso em 10 set. 2021.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n.2, p.40-57, jul-dez 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Faperj, 2012.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 11-19.

OLIVEIRA, L. M. V. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, v.12, n.2, p.28-51, jul/dez, 2013. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2018/01/pdf\\_9fd55ca76e\\_0000029362.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2018/01/pdf_9fd55ca76e_0000029362.pdf) Acesso em 19 de maio de 2021.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório:** história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral: Faperj, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012, p. 21-50.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012.